

ENTREVISTA A CARLA MALAFAIA¹ ATIVISMO CLIMÁTICO EM PORTUGAL

POR DALILA P. COELHO²

Dalila P. Coelho (DPC): Antes de mais, muito obrigada por aceites conversar hoje comigo para a Revista Sinergias, para uma comunidade de atores que trabalha e procura promover as questões da Educação para a Cidadania Global e do Desenvolvimento Sustentável. Quero também dizer, a quem nos vai ler e em jeito de “disclaimer”, que nós já fizemos bastantes entrevistas e grupos de discussão focalizada juntas no projeto de Educação para a Cidadania Global que ambas promovemos na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)³, mas... vai ser a primeira vez que vais estar no lugar de minha convidada! O que para mim, é um privilégio, e faz-me pensar que muitas vezes conhecemos mais ou até dedicamos tempo a entrevistar pessoas “de longe” e conhecemos pouco o trabalho de colegas com quem trabalhamos de perto, aquilo que se passa na “nossa casa”, acabamos por não conhecer assim tanto. Gostava que me falasses um pouco de ti, do teu percurso profissional...

¹ Investigadora na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, e membro do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE). É doutorada em Ciências da Educação, na área da participação cívica e política de jovens. carlamalafaia@fpce.up.pt

² Investigadora na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, e membro do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) e da comunidade Sinergias ED. É doutorada em Ciências da Educação, na área da educação para o

Carla Malafaia (CM): Antes de mais, agradecer-te o convite, para mim é também um grande prazer. Eu sou investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da FPCEUP⁴ desde 2009, e tenho trabalhado em vários projetos nacionais e internacionais na área da participação cívica e política (adiante, participação) juvenil - é assim o grande “chapéu” do meu trabalho. Tenho tentado compreender as experiências de participação considerando a diversidade e a heterogeneidade que caracteriza os diferentes grupos juvenis: jovens de origem nacional e imigrante, do ensino regular e vocacional, de contextos rurais e urbanos... reconhecendo que as experiências de participação são diferentes em diferentes contextos e para diferentes grupos de jovens.

DPC: Essa perspetiva de diversidade contrasta com ideias fechadas e “prontas a consumir” sobre a juventude, sobre o que pensa e não pensa, faz e não faz...

CM: Sim, os/as jovens não são uma categoria homogénea e estática! São, ao invés disso, muito heterogéneos/as. No grupo de investigação da FPCEUP que trabalha estas questões da participação⁵ e que ambas integramos, exploramos desde há vários anos os processos individuais e contextuais que sustentam também a diversidade de modos como os/as jovens se relacionam com a política. Ou seja: de que forma as experiências de participação são experiências educativas e pedagógicas? de que forma têm impacto no desenvolvimento individual? de que forma estas

desenvolvimento e cidadania global. dalilacoelho@fpce.up.pt

³ O [projeto](#) Educação para o Desenvolvimento no Ensino Superior Público Português: mapeamento de representações e análise de experiências, cofinanciado pelo Camões, I.P. e pela FPCEUP.

⁴ <https://www.fpce.up.pt/ciie/>.

⁵ Grupo “PCEP – Participação, Comunidades e Educação Política” é uma das comunidades de prática de investigação do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE).

experiências, que se desenvolvem necessariamente em contexto, são também marcadas por diferentes oportunidades, e de que forma isto nos pode ajudar a compreender as desigualdades que existem na própria participação?

DPC: No fundo, perceber essas experiências de forma contextualizada...

CM: É essencial. Entrando aqui também no que foi o foco da minha tese de doutoramento, se partirmos do princípio que a participação juvenil é uma experiência relacional, torna-se essencial percebermos estas experiências de participação em contexto: como se formam relações de liderança (mesmo que tacitamente)? que significado tem a participação para os/as jovens? isso é discutido coletivamente, em grupo? a pluralidade de opiniões e visões sobre o mundo é integrada em diferentes contextos de participação? o que é que muda nas pessoas que participam? o que é que isto traz em termos do seu desenvolvimento político? que características do contexto estimulam e sustentam essas mudanças? Portanto, isto é um bocado aquilo que temos vindo a explorar e que tem sido também o meu principal interesse nesta área da participação cívica e política de jovens.

DPC: E como é que passas daí para o ativismo climático, que é um dos focos da tua investigação neste momento?

CM: Neste momento trabalho num projeto chamado “ImagiDem - Imagi(ni)ng Democracy: European Youth Becoming Citizens by Visual Participation”⁶, que tem como objetivo formular um modelo de práticas democráticas através da exploração e

conceptualização de formas de participação visual, online e offline, de jovens na Europa. O projeto combina etnografia e análise computacional de big data, em quatro países europeus: Finlândia, França, Alemanha e Portugal. No geral, estes temas estão por explorar, em termos de investigação, nomeadamente em Portugal. Integro um grupo de etnógrafas (somos todas mulheres) que tem vindo a estudar o ativismo juvenil com diferentes enfoques e sou a pessoa responsável por conduzir o estudo etnográfico em Portugal, que começou em outubro de 2019. Esta etnografia acontece de duas formas, ao mesmo tempo: presencialmente, nas ações que os movimentos dinamizam, e online, acompanhando as redes sociais destes movimentos e em que estes/as ativistas estão presentes. Este acesso foi devidamente autorizado pelos/as ativistas participantes, em diferentes grupos climáticos. Neste momento, estou a recolher e analisar dados.

DPC: É um projeto interessante e inovador, que traz um contributo temático e também metodológico. Falaste de participação “visual”. Queres explicar melhor?

CM: Nestes quatro países tentamos perceber quais as questões em torno das quais os/as jovens de hoje se mobilizam coletivamente e procuramos perceber que tipo de práticas de cidadania são desenvolvidas e de que modo os/as jovens se envolvem e se politizam. Interessa-nos perceber o lado visual da participação, isto é, o modo como crescentemente as imagens e outras formas de ação visual (já lá iremos) ajudam a construir processos de politização e repertórios de participação. Em cada país é desenvolvido um estudo etnográfico próprio, sendo que o ativismo

⁶ [Projeto](https://csd.fi/imagidem/) financiado pelo European Research Council, coordenado pela professora Eeva Luhtakallio da Universidade de Helsínquia (<https://csd.fi/imagidem/>).

climático é transversal aos quatro países e depois a ele crescem questões locais mais específicas. No caso português, estudo o ativismo ligado às questões da habitação; enquanto que, por exemplo, em França estuda-se também o movimento dos coletes amarelos... Analisando vários dados dos meios de comunicação, entre outras fontes, chegámos a este núcleo comum do ativismo climático porque percebemos que era um tema em torno do qual os/as jovens se mobilizavam e que era incontornável de ser estudado e apreendido hoje em dia pela investigação. E a verdade é que os conteúdos visuais são formas de apresentar ou de fazer passar argumentos políticos de um modo muitas vezes mais eficaz do que o modo discursivo, porque combinam mais eficazmente as dimensões racional e emocional. E por isso, os modos visuais de participação começam a ser cada vez mais importantes no ativismo em geral e também no ativismo climático. Este é um campo rico em imagens muito fortes, impactantes. Muitas vezes, para os/as ativistas, usar estas imagens numa palestra numa escola, por exemplo, é muito mais eficaz do que estarem a falar durante 20 minutos sobre a importância da mobilização política em torno do clima e de quão urgente é reverter a atual crise... De modo que esta questão visual faz parte do ethos dos grupos, dos seus repertórios de ação e de mobilização de futuros/as ativistas.

DPC: A questão climática é transversal e desperta interesse entre pessoas mais jovens, talvez mais ligadas a este lado visual...

CM: Sim, por isso é que o ativismo climático foi escolhido, tinha que ser estudado por todas nós nos quatro países. Isto não estava previsto no projeto, decorreu das nossas discussões na parceria, daquilo que considerámos ser muito relevante e muito significativo de ser estudado hoje

em dia. A nossa investigação acompanha, a partir de dentro, o trabalho que é feito num conjunto de movimentos climáticos presentes em cada país. Quando pensamos em ativismo climático, uma das frases mais conhecidas, que mais aparece em cartazes em todo o mundo é: “*system change not climate change*”. Isto é um dos lemas mais conhecidos do movimento climático, tanto nacional como internacional, e é o mote também adequado, acho eu, para se entender a importância do ativismo climático hoje em dia. Ativistas por todo o mundo têm intensificado a luta para travar a atual crise climática e a esse respeito vale a pena pensarmos em dados científicos que reforcem, sistematicamente, que vários limites bio-geo-físicos já foram atingidos nas últimas décadas. Sabemos, por exemplo, que 2019 foi o ano com maior concentração de dióxido de carbono atmosférico, que os últimos seis anos são os mais quentes de que há registo, que o número de pessoas vítimas de eventos climáticos extremos como as ondas de calor, os incêndios, as cheias, as tempestades... tem aumentado, que há um número crescente de “refugiados climáticos”, pessoas que têm de abandonar as suas casas, os seus territórios, porque não conseguem produzir alimentos devido às secas. Isto são fenómenos que se têm vindo a agravar nas últimas décadas e que tornam esta questão da crise climática muito urgente e importante.

DPC: E o ativismo é uma peça importante na resolução destas questões...

CM: O ativismo climático é fundamental, porque é um modo de mobilização coletiva e política que assenta na luta por uma mudança sistémica e estrutural que reverta o caminho da extinção que se avizinha. Estou a usar a palavra “extinção” propositadamente, porque há um grupo em

particular, que é o Extinction Rebellion⁷, cujo lema é “rebelião ou extinção”, e que transmite bem a urgência desta situação. Uma outra frase que se vê frequentemente em cartazes e manifestações e que os/as ativistas dizem muitas vezes é “não há crescimento infinito num planeta finito”.

DPC: O que já nos podes dizer sobre a investigação que tens conduzido: quem são estes movimentos que estás a estudar?

CM: Eu tenho acompanhado grupos climáticos em contexto urbano. Comecei por acompanhar diferentes grupos, com diferentes dimensões e com diferentes perfis de pessoas: os grupos mais jovens, desde 14-15 anos até pessoas de 20 e tal anos, estudantes de liceu, de licenciatura, de mestrado. Depois, outros grupos com outras faixas etárias, pessoas de 50, 60 anos, e outros/as ativistas entre os 30 e os 40 anos... Portanto há aqui muita diversidade, mas a maioria dos/as participantes no estudo são jovens.

DPC: Em que tipo de causas atuam estes grupos?

CM: Um dos grandes objetivos é a luta pela neutralidade carbónica e por isso estes movimentos climáticos têm vindo a dirigir-se sobretudo aos governos, mas também a outros setores, como a banca, empresas, indústrias... Por exemplo, no caso português vários movimentos ativistas têm reivindicado a suspensão de projetos como a construção do Aeroporto do Montijo, as dragagens do rio Sado, a prospeção de gás e a exploração de lítio, na medida em que estes são projetos que colocam em causa a redução de emissões e têm sido grandes bandeiras dos movimentos ativistas climáticos em Portugal. Estas reivindicações são visíveis por exemplo nas manifestações, nas greves pelo clima, nas ações

de desobediência... Uma coisa muito interessante é que muitas destas ações são tornadas públicas juntamente com os manifestos que as sustentam.

DPC: Queres concretizar um pouco mais?

CM: Sempre que há uma ação pública nas ruas (uma manifestação, uma ação de desobediência), essa ação depois é tornada pública através de várias formas, sobretudo online, tendo sempre por base o respetivo manifesto, ou seja, as reivindicações concretas que sustentaram e motivaram aquela ação em particular. Além da interpelação governamental, os/as ativistas têm-se insurgido também noutras frentes, como é o caso da banca, para denunciar as contradições do sistema e o modo como um sistema orientado sobretudo para o lucro contribui para a crise climática. Portanto, é este cenário e este contexto que tornam o ativismo climático tão importante de ser estudado e para reivindicar algum tipo de mudança social.

DPC: E sob esse ponto de vista, a investigação etnográfica permite acesso a uma grande riqueza de informação...

CM: Eu destacaria quatro dimensões que caracterizam o ativismo climático juvenil, a partir da investigação etnográfica feita até ao momento – e faço aqui a ressalva de que são dados recentes, que precisam ser mais aprofundados, claro, isto é tudo muito recente. São dimensões que podem parecer tensionais, mas que na verdade coexistem e parecem caracterizar o movimento: em primeiro lugar, o enquadramento local e internacional do ativismo climático; em segundo lugar, a importância do online e do offline; em terceiro lugar, a centralidade e interseccionalidade que caracterizam o movimento climático; e em quarto lugar, a

⁷ Ver [mais](#).

natureza das ações e da participação, ou seja, o facto de os grupos climáticos recorrerem muito a ações diretas prefigurativas e até performativas, que eu já irei explicar melhor.

DPC: Comecemos, então, pelo primeiro ponto: o enquadramento local e internacional do ativismo climático...

CM: O que os dados sugerem é que o movimento climático é fortemente ancorado em narrativas, planos de ação e repertórios de envolvimento que são, num certo sentido, sincronizados a nível internacional, através de plataformas que congregam diferentes movimentos e que fazem também a ligação em termos ibéricos, europeus e globais do próprio movimento. Portanto, há algumas “macro diretrizes” e os movimentos investem um enorme esforço para assegurar esta coordenação, através de participações constantes regulares online, porque também acreditam que a ação concertada será mais eficaz na transformação do sistema. Por exemplo, a *By 2020 We Rise Up*⁸ é uma plataforma europeia composta por diferentes movimentos e que organiza ondas de ação coordenadas e estratégicas. Ou seja, há uma grande preocupação de contextualizar sempre as ações em grandes narrativas, de modo a também ter um impacto mais estratégico e mais eficaz nas políticas. Simultaneamente, há um esforço por parte dos/as ativistas, um esforço que apesar de tudo é mais ou menos natural, de equilíbrio entre o enquadramento mais global e preocupações mais locais. Vou dar um exemplo real: no dia seguinte a um *Fridays For Future*⁹ dedicado a um ativista russo preso por se manifestar pelo clima, os/as mesmos/as jovens que estiveram nessa ação participaram numa manifestação contra a exploração de lítio no distrito de Viana do Castelo.

As ações dos grupos climáticos têm sempre esta ligação entre preocupações mais internacionais e globais e questões mais locais. E por isso, o que nós vemos é uma certa manutenção de modelos de ação que são internacionais e que são “importados”, que depois também são reconfigurados em termos locais. Os próprios alvos de ação também são incorporados nestes modelos de ação, por exemplo, os/as dirigentes políticos locais.

DPC: Com essa articulação entre questões globais e locais percebe-se a importância do segundo ponto de que falavas sobre a ligação entre o ativismo climático online e offline.

CM: Sem dúvida. O que esta investigação tem reportado é que estas duas esferas, o online e o offline, se complementam e se sustentam. Por um lado, penso que para a maioria dos/as ativistas há a convicção de que a luta climática se faz nas ruas, no protesto, nas ações disruptivas, no contacto com cidadãos na esfera pública offline. Por exemplo, a *Greve Climática Estudantil*¹⁰, que é integrada no movimento *Fridays For Future* iniciado pela Greta Thunberg, distingue-se pela greve às aulas. Ou seja, os/as estudantes pretendem chamar a atenção dos governos locais e nacionais ausentando-se de uma estrutura educacional basilar em qualquer democracia que é a Escola, marcando ao invés presença na rua, por exemplo, à porta das Câmaras Municipais. A mensagem aqui é: “nós somos jovens, somos estudantes, queremos estar na escola, mas não podemos, porque o nosso futuro está em causa e é preciso fazer alguma coisa sobre isto”. Grupos como o *Extinction Rebellion* têm esta vertente de ações desobedientes através de “*Die In's*” na rua. Nestas ações, os/as ativistas ocupam, com os seus

⁸ Ver [mais](#).

⁹ Ver [mais](#).

¹⁰ Ver [mais](#).

próprios corpos, espaços públicos, normalmente, espaços movimentados e turísticos, para chamar a atenção sobre o que está a acontecer, sobre a emergência climática e o caminho da extinção. Portanto, o *offline*, a rua, o corpo, o contacto entre escola-rua é fundamental neste modo de ativismo. Por outro lado, há uma grande ênfase no impacto visual destas ações e também na importância do registo destas ações enquanto conteúdo publicável *online*, que é essencial para estes grupos ativistas.

DPC: Talvez muito através das redes sociais?

CM: As redes sociais têm um papel essencial no ativismo climático online a vários níveis. Por um lado, para publicitar e divulgar as ações. Há um grande investimento na criação de conteúdos visuais apelativos, através de uma espécie de “imagem de marca”. Muitas vezes, os grupos usam um símbolo, um design familiar à maior parte das pessoas, para criar uma imagem que condense um argumento racional e também um apelo emocional que traduz a mensagem e a narrativa que estão ali a ser veiculadas. Isto é recorrente e é estratégico. Por outro lado, as redes sociais também são muito importantes na própria inscrição dos grupos e das ações que desenvolvem dentro de um movimento mais amplo, como falávamos há pouco: reportar a ação, mostrar o número de pessoas que estão presentes, assinalar a sistematicidade e consistência do movimento. Por exemplo, no caso do Fridays For Future da Greve Climática Estudantil, esta sistematicidade é muito importante porque há sempre uma contagem do número de semanas de greve em todos os países onde há greve climática. E por isso é importante haver um registo visual que dê conta e marque mais uma semana de Greve Climática Estudantil no Porto, em Lisboa, em Helsínquia... Depois, há também um

grande investimento destes grupos ativistas em manter a presença online e mobilizar as pessoas para a participação. E isto é feito através de coisas muito diferentes e que podem parecer simples, mas que lhes dão trabalho, por exemplo, usar as *stories* no *Instagram*, fazer *quizzes*, divulgar palestras e *talks* que fazem em escolas e em outros espaços públicos. Estes grupos investem bastante na organização de palestras em escolas, valorizam a dimensão informativa e educativa sobre a crise climática e o ativismo climático.

DPC: Tem havido abertura a acolher esse tipo de ações nas escolas, tanto quanto sabes?

CM: Tem havido abertura por parte de algumas escolas. Isto tem exigido muito trabalho da parte deles, muita insistência. Têm tentado fazer este trabalho de forma coordenada com o *Parents For Future*¹¹ e com o *Teachers For Future*¹², que são movimentos paralelos de apoio a este movimento estudantil, mas que nos mostram também que há ainda fortemente esta ideia de “os miúdos têm de estar na escola a estudar” e qualquer coisa que os venha desviar desse foco não é muito bem-vindo, principalmente quando é qualquer coisa que os/as incentiva a fazerem greve à escola. Portanto, muitas vezes não há grande receptividade, por parte de muitos/as diretores/as e professores/as, a estas ações, a que os/as jovens agora comecem a faltar à escola para lutar pelo clima ou participar em manifestações. E isto tem exigido muito esforço da parte dos grupos, e daí a insistência na divulgação *online* e também *offline*: irem às escolas apresentarem o seu grupo, explicarem o que é que querem fazer e tentar “partir pedra” e abrir caminho para irem a um maior número de escolas. Este esforço é feito de modo especialmente sistemático no período antecedente às greves climáticas

¹¹ Ver [mais](#).

¹² Ver [mais](#).

globais, para assegurar que há mobilização em massa. O *online* é muito importante também no próprio estilo de ação do movimento e no modo como ele se organiza, até no uso de *hashtags* para enquadrar as ações a nível nacional e internacional. Outra coisa também muito interessante, é percebermos que as redes sociais são cuidadosamente geridas pelos/as diferentes jovens e têm diferentes estatutos no ativismo.

DPC: Muito interessante. Queres exemplificar?

CM: A rede social privilegiada para o ativismo climático jovem é o Instagram, que é uma plataforma muito orientada para a dimensão visual, mais do que o *Facebook* ou o *Twitter*, e é onde os/as jovens estão mais e, por isso, é também onde os/as ativistas mais investem em conteúdo que é ao mesmo tempo rápido, marcante, forte, fácil de passar para o “lado de lá”. Depois há também a própria gestão individual diferenciada que se faz do ativismo nas redes sociais. O *Facebook* é uma rede social em que estão as suas famílias e, portanto, há vários/as jovens que têm maior cuidado naquilo que aí publicam sobre ativismo climático. Pelo contrário, no *Instagram* e no *Twitter*, estão mais à vontade para publicar e divulgar determinadas coisas. Isto porque a grande maioria dos/as jovens que tem participado nesta investigação vem de contextos familiares bastante conservadores e adversos ao ativismo climático, onde não há um apoio à ação que desenvolvem, pelo contrário. Estou a dizer isto de forma muito frisada porque foi qualquer coisa que me surpreendeu também. Portanto, os/as jovens vão gerindo muito cuidadosamente esta participação e presença online, porque “se a minha família está toda no *Facebook*, a ver as minhas publicações, eu tenho de ter cuidado com o que mostro... vão ver que eu estive nesta manifestação e eu não disse aos meus pais que ia estar nesta

manifestação porque sabia que não me iam deixar participar”.

DPC: É interessante esse contraste entre um ativismo mais arrojado e expressivo a nível internacional, e mais “podado” e diluído no plano familiar. Essa constatação de que a presença e ativismo climático dos/as jovens se diferenciam consoante as redes sociais e que os seus contextos sociais de proximidade têm uma influência grande, decorre da tua observação enquanto etnógrafa no acompanhamento que fazes online? É algo assumido, discutido pelos/as próprios/as jovens?

CM: Isto decorre de várias coisas. Por um lado, de perceber que as publicações feitas nas diferentes redes sociais em que os/as jovens estão são diferentes: os conteúdos e registos visuais de uma mesma ação são partilhados de forma diferente em diferentes redes sociais. Mas, com a etnografia online eu só percebo isto. O que vou perceber na etnografia *offline*, passando tempo com eles/as e, por exemplo, quando lhes pergunto onde pensam partilhar uma determinada informação, começo a perceber a diferenciação das redes sociais em função das suas ramificações, a gestão familiar e da esfera privada. Esta questão familiar é muito importante também, porque muitos/as são jovens estudantes e dependem financeiramente dos pais, vivem com eles. Uma outra coisa que também tenho vindo a perceber é o modo como alguns/mas deles/as sentem necessidade de arranjar espaços online mais “privados” e outros mais “públicos”: “eu para coisas do ativismo uso o Instagram e aí tenho diferentes contas, uma para ativismo mais ligado aos direitos dos animais, outra para ativismo mais ligado ao clima... e para expressar-me ‘sem filtro’ uso o *Twitter*”. Portanto, esta separação: “eu também preciso de ser um jovem não-ativista e de ter um espaço *online*, além dos outros espaços

para ser ativista”, sendo que esta esfera *online* faz parte do próprio ativismo.

DPC: Há um trabalho considerável de curadoria do seu próprio perfil que cada um/a destes/as jovens faz...

CM: Sim. Surpreendeu-me bastante esta especificidade toda, esta diferente e cuidadosa gestão do que são as redes sociais e o que representam para os/as jovens, individualmente e enquanto ativistas. Já fiz investigação desta mesma natureza etnográfica com outros grupos de participação, até juventudes partidárias, e nunca tinha “apanhado” isto em nenhuma outra investigação. Esta dimensão do papel das redes sociais e da esfera *online* no ativismo climático é muito interessante. Talvez seja uma questão geracional, que depois também é estimulada pelo movimento internacional. Acho que estas estratégias vão circulando por diferentes redes e eles/as estão sempre em contacto com jovens de outros países, com outros “modos de ser ativista” - vão aprendendo diferentes estratégias de como “ser” um ativista climático. Isto para dizer que, sem dúvida, as redes sociais e esta esfera online têm um papel cada vez mais complexo e essencial para se entender o que é o ativismo juvenil.

DPC: Já falámos de dois dos quatro pontos que querias destacar. Queres falar-me do terceiro ponto?

CM: Tem a ver com o modo central, mas interseccional, com que a luta climática é feita pelos/as jovens ativistas. Os/as jovens que têm participado nesta investigação parecem “eleger” as alterações climáticas como a sua grande luta, sentem que devem dedicar-se a ela o mais possível. O que nem sempre é fácil. Para além de gerir as tensões esfera privada *versus* esfera pública de que falei, é preciso conciliar as

exigências do ativismo com trabalho, escola, família. Contudo, consideram esta luta climática a grande prioridade das suas vidas. Alguns/mas participam exclusivamente no grupo climático de que fazem parte, enquanto que outros/as, mais experientes e até mais influentes, participam também noutros grupos, movimentos, coletivos, no sentido de criar sinergias políticas que fortifiquem a luta climática. Ou seja, tendo a luta climática como prioridade, há jovens que participam exclusivamente num determinado grupo e depois há quem, para criar pontes, integre também outro tipo de movimentos ou grupos, por exemplo, feministas, antirracistas, antifascistas... Em alguns casos, até partidários, apesar da enorme tensão entre a política institucional e os movimentos sociais. O ativismo pela habitação é um exemplo claríssimo da interseção de lutas que o movimento climático promove: a partir da problematização de uma base comum, que se refere ao atual modelo económico, o processo de gentrificação é refletido a par com a pressão ambiental.

DPC: As questões cruzam-se nas suas causas e efeitos.

CM: Sim: a questão de um sistema económico que assenta no lucro e coloca em causa a justiça social é uma narrativa transversal, quer falemos de habitação, quer de clima. E é interessante ver como estas são questões refletidas pelos/as jovens ativistas nas reuniões dos grupos a que pertencem, na chamada de outros movimentos para participarem nos seus protestos e na própria participação nas ações de outros movimentos. E, portanto, é através desta interseção física, real, offline, que a interseção política acontece. O que eu quero dizer é que as pessoas de diferentes movimentos se cruzam e constroem os seus trajetos ativistas assim. E isto é interessante para quem estuda a participação, porque traz mais

complexidade ao entendimento do que são os percursos de participação e de politização de jovens ativistas, de como esta interseção é muito valorizada e há um esforço muito grande para a manter.

Por outro lado, e isto liga-se ao quarto ponto que quero destacar, há uma grande diversidade das formas de participação no ativismo climático. Claro que cada grupo exhibe diferentes repertórios de ação, ainda que depois esses repertórios de ação se cruzem. Vão desde ações de protesto estáticas e silenciosas até manifestações no sentido que nós conhecemos – dinâmicas, com cânticos, com megafones e com mobilização –, mas também ações performativas, de ocupação do espaço público, com caras e mãos pintadas, com uma certa encenação de personagens. Depois há ações com uma dimensão artística e festiva, por exemplo as sessões de “ativismo”, que antecedem os protestos, e as ações de “discobedience”, que são modos de protesto trazidos também de outras partes do mundo e incorporados pelos movimentos.

DPC: De certa forma, a interseccionalidade de que falas complexifica e diversifica as formas de participação, e a etnografia ajuda a ter uma fotografia mais próxima do real...

CM: O método etnográfico torna visível como é que a participação é construída e desenvolvida e é fundamental para apreender uma coisa que de outra forma é muito difícil, que é a dimensão prefigurativa da política. Isto é, a relação entre a luta climática que se faz, o modo como os grupos se organizam internamente e o modo como os/as ativistas agem individualmente. Ambas as dimensões – do grupo e do indivíduo – tentam refletir o modelo social que enquanto ativistas reivindicam. Por exemplo, a horizontalidade, a atitude dialógica, as redes de afeto, o não uso de

produtos de origem animal, as práticas quotidianas mais sustentáveis, o respeito pelo/a outro/a, a alteridade... Isto são questões que sustentam as reivindicações da luta climática e que depois os/as próprios/as ativistas, individualmente, nas outras esferas das suas vidas, inclusivamente na esfera privada, incorporam. São como que dimensões do modelo social que querem ver...

DPC: Do mundo em que querem viver...

CM: Claro que estas lógicas, nomeadamente a questão da horizontalidade, tornam-se mais complexas quando deixamos de falar do interior de cada grupo local e passamos à orientação dos movimentos em diferentes níveis (local, nacional, internacional) e também da interação entre grupos mais ou menos recentes, com mais ou menos experiência no campo climático, que é também ele um campo de luta e de poder. E isto também é uma ressalva importante a fazer. Sendo um campo de poder e de luta interna, o campo climático tem dinâmicas paternalistas, regionalistas, institucionalistas, que são captadas através do acompanhamento etnográfico que faço, claro, e que são visíveis no modo como os grupos interagem entre si. Eu tenho acompanhado estes grupos em vários contextos e situações, inclusivamente em encontros das estruturas nacionais.

DPC: Essas especificidades locais e regionais dos grupos são muito importantes, então...

CM: Sim, em encontros nacionais é particularmente evidente o quanto estas especificidades locais integram muito os grupos, a identidade e as ações de cada grupo climático. Em várias dessas reuniões, em que os grupos discutem o que estão a fazer, localmente, na sua autarquia, percebe-se que cada grupo olha para as especificidades locais, para os problemas mais imediatos e urgentes de

serem tratados no local em que aquele grupo se insere, com a ligação ao global claro. Mas eu diria que parte muito do local e depois faz-se a ligação dessas reivindicações locais com narrativas mais macro, mais globais. E é interessante. Seria interessante fazer-se uma *multi-site ethnography* em diferentes contextos regionais, mais de interior, porque o modo de olhar para estas questões mais políticas e de agir, com as estruturas políticas autárquicas locais, é muito diferenciado no território, acho. É uma investigação na qual gostaria de investir.

Depois, há também as questões de regionalismo: estes movimentos foram criados noutros países, são de âmbito global e internacional, existem em diferentes sítios de Portugal e as diferentes regiões têm diferentes pesos. Este é um exemplo.

DPC: A horizontalidade de que falavas antes, esbarra na prática com hierarquias, que vão do local até ao global, dentro dos próprios movimentos...

CM: Sim, e depois também esta questão de que há movimentos mais recentes, outros mais antigos, com muitos anos e com pessoas mais velhas e experientes nesta luta, e às vezes há um certo paternalismo em relação a ativistas mais jovens. Em alguns grupos climáticos também há um esforço em se escudarem permanentemente da influência partidária, da política institucional, enquanto que outros têm uma atitude mais dialógica e até cooperativa com a política institucional, apesar disto nem sempre ser muito reconhecido como tal ou muito visível...

DPC: E isso depois gera tensões entre os próprios movimentos? De certa forma, até agora temos estado a falar do ativismo climático e destes movimentos como um todo. Mas aquilo que estás a dizer agora aponta muito para a diversidade destes

grupos, pelo seu diferente surgimento, pelas pessoas que os compõem, mas também pela relação com as estruturas. Esta questão da política partidária e todas as estruturas políticas: isto é algo de tensional entre os grupos ou é gerido como fazendo parte da diversidade natural dos movimentos?

CM: A relação entre política institucional e movimentos sociais é historicamente uma relação complexa e de tensão. Há pessoas que veem estas tensões como normais, algo que faz parte, logo a diversidade de relações com a política institucional faz parte do próprio movimento. Outras – e diria que quanto mais jovem mais este sentimento é presente – defendem que os movimentos sociais têm que estar afastados da política institucional, porque são eles próprios um campo de reivindicação muito específica. E, neste caso, os movimentos climáticos direcionam estas reivindicações na esmagadora maioria das vezes para os governos, para a política institucional, e por isso é importante poderem escudar-se destas influências que percebem como mais nefastas para o próprio movimento e para a legitimidade das suas reivindicações.

DPC: Até que ponto é que essa demarcação do poder instituído se torna (ou não) contraproducente para certas reivindicações centrais nestes movimentos? Faz-me um pouco pensar como é difícil sempre este “jogar dentro e fora” da estrutura, gerir proximidade e distância, ao mesmo tempo. É sempre muito esse o desafio para coisas que queremos imaginar de outra forma, mas nós estamos sempre a trabalhar a partir das estruturas, num determinado contexto que nos marca.

CM: Sim, e por isso é que o que se vê é esta tensão constante. O movimento climático é muito heterogéneo. É composto por grupos muito

diferentes, que obviamente são muito ligados entre si, até porque eu acho que há a percepção transversal de que a crise climática é uma coisa urgentíssima e, portanto, é preciso unir esforços, é preciso os grupos unirem-se o mais possível, porque quanto mais concertadas forem as ações mais eficazes elas podem ser. Mas os grupos são de facto muito heterógenos e há grupos e ativistas individuais no movimento climático com muita ligação à política institucional. E na verdade é essa ligação que depois gera desconforto por parte de outras pessoas e de outros grupos que se opõem. O que eu quero dizer é: essa relação com a política institucional existe, e a tensão também... porque essa relação existe. Há vozes nos movimentos que acham que ela não deve existir e que tentam escudar os seus próprios grupos dessa influência, e isso é relevante em diferentes medidas. O afastamento da política institucional não quer dizer que não haja problematização institucional, digamos assim, da questão.

DPC: Estou a pensar num exemplo concreto dos “refugiados climáticos” e de uma reflexão que ouvi por estes dias.¹³ Quando estamos a falar de “refugiados” estamos a falar de um termo que tem juridicamente um sentido específico. Para estas pessoas que estão a ser afetadas pelas questões climáticas – que estão a ser forçadas a sair das suas casas porque o nível da água subiu, os solos ficaram salinizados e é impossível produzir alimentos, etc. – não há ainda uma palavra, uma figura jurídica que propriamente as defina. Diz-se refugiados, deslocados, migrantes, e algo que parece uma minúcia, depois na prática afeta concretamente o que pode ou não ser feito, o que pode ou não ser imputado aos próprios estados ao nível, por exemplo, da inação política.

CM: Esse é um bom exemplo. Há vários/as juristas e pessoas ligadas ao Direito no movimento climático, mas que não estão ligados/as a partidos. São ativistas e trazem esta vertente mais jurídica, mais “institucional” para dentro do movimento, de modo a servir o movimento... e de modo a dar ferramentas ao movimento para que depois este consiga mais legitimamente passar as suas reivindicações e exigir ao governo mudanças concretas. Portanto, se por um lado eu percebo perfeitamente aquilo que perguntas, que é “até que ponto é importante ter um pé dentro da política institucional para se conseguir produzir mudanças?”, por outro lado, o que nós vemos é vários/as jovens a achar que isso é extremamente arriscado, por várias razões. Primeiro, há o grande risco, que é real e sustentado por muitas evidências e experiências, de os movimentos serem instrumentalizados pelos partidos e, por isso, esta tentativa de que isso não aconteça. Segundo, sentirem que podem fortalecer a legitimidade de reivindicação quando não estão ligados à política institucional, porque depois é muito complexo conseguirem reivindicar, passar determinadas mensagens, quando estão ligados a partidos que estão no governo ou outros. Isto é complexo. Depois ainda há uma terceira questão, que tem a ver com a mobilização de jovens. Os grupos climáticos tentam mobilizar jovens para o movimento climático, e muitas vezes esses/as jovens confrontam os/as ativistas: “ah ... eu já ouvi dizer que esse grupo climático está ligado a este partido e por isso não quero fazer parte, são mais uns ‘jotinhas’...”. Isso é colocado como qualquer coisa que obstaculiza, que é pejorativo. Para mim é interessante ver que, saindo da política institucional e passando a fazer etnografia com movimentos sociais e com ativismo climático, a

¹³ Ver [mais](#).

questão coloca-se às vezes quase da mesma maneira...

DPC: Como é que os grupos gerem isso na prática?

CM: Os grupos depois tentam gerir isto, tentam escudar-se um bocado destes rótulos que acabam por existir porque sabem que isso prejudica, e muito, a mobilização de outros/as jovens e o movimento só se fortalece e só cresce se houver mais jovens a fazer parte. Portanto, há várias razões associadas ao distanciamento da política institucional, umas que têm a ver com a legitimidade política que sentem que têm enquanto movimento, outras que tem a ver com questões até mais práticas, que é o modo como conseguem ou não mobilizar outros/as jovens. Portanto, aqui estou a falar de jovens porque é nos grupos climáticos mais jovens que esta tensão é mais evidente.

DPC: É o tema do momento e é difícil escapar-lhe: a pandemia... O professor Alexandre Quintanilha dizia num artigo recente¹⁴ que, com a pandemia, as alterações climáticas “desapareceram do radar”. De alguma forma, fala-se de alterações climáticas para referir o abrandamento da economia, de como isso pode ser importante, mas sem o protagonismo que estávamos a ver tempos antes...

CM: A pandemia trouxe ainda mais complexidade, de diferentes formas, e traz também desafios ao modo como os/as ativistas tiveram que voltar a problematizar a crise climática. Por um lado, claro que desviou as atenções da crise climática, que já existia e que representa também uma ameaça real à vida como a conhecemos. No entanto, como a questão climática é um problema que parece ser menos imediato é totalmente abafado com alguma facilidade e com o COVID-19 foi bastante abafado.

E na verdade, e isto acho que é interessante, a atual pandemia vem gerar uma perceção generalizada de que se há alguma área que está a sair beneficiada, é a do clima. Nas primeiras semanas de abril houve vários relatos nos meios de comunicação, nas redes sociais, sobre o reaparecimento de animais, a melhoria da qualidade da água, a queda das emissões de carbono, a melhoria da qualidade do ar... Neste cenário repentino, os/as jovens ativistas tiveram que se reorganizar imenso. Desde logo, para lidar com uma nova despolitização dos problemas climáticos, no sentido em que vimos emergir uma narrativa de “a Terra está a curar-se, vamos deixá-la fazer o seu trabalho, tudo o resto são danos colaterais porque temos que respeitar agora esta fase de cura da Terra”. Isto tem exigido por parte dos/as ativistas um esforço de problematização da relação entre o clima e o COVID-19, que tem sido interessante de acompanhar, e tem sido feito através da tomada de posição que se resume a um lema veiculado também agora no movimento, que é: “voltar à normalidade também é um problema”. A mensagem política que os movimentos têm tentado passar é: “sim os benefícios ambientais trazidos por um contexto anormal são claros; no entanto, isto é um cenário anormal com consequências graves para os grupos mais vulneráveis, os mais pobres, com empregos precários”.

DPC: Um esforço de repolitização da discussão e uma leitura das questões em várias dimensões, como antes falávamos...

CM: Sim. Novamente a questão da justiça social presente na luta climática, reconhecendo que olhar esta pandemia como uma oportunidade é fazê-lo a partir de uma posição de privilégio. Isto é qualquer coisa que é reforçada agora nas novas narrativas

¹⁴ Ver [mais](#).

dos grupos climáticos. Além disso, também têm vindo a sublinhar muito a questão de que estes benefícios ambientais poderão ser rapidamente revertidos quando a atividade económica retomar o ritmo normal e quando o *business as usual*, como eles dizem, regressar. Por isso, a mensagem que tentam passar é o alerta de que, provavelmente, a produção e distribuição económica vão regressar mais ferozes e agressivas para compensar o imenso tempo perdido. E neste sentido o movimento climático tem feito campanha por uma alternativa, por um “novo normal”, que passa pela reivindicação de uma transição energética, de uma produção mais justa, de um setor energético verde que também gere emprego. Os grupos têm feito agora mais reuniões (online) do que faziam antes, há muita discussão em grupos de *WhatsApp*. Estas reuniões todas servem para articular uma narrativa comum: “o nosso apelo tem que ser a transição energética e este é o nosso argumento para gerirmos esta questão”. E depois nas redes sociais, uma grande concertação dos/as ativistas para fazer passar esta mensagem: #transição energética, #empregos para o clima..., são alguns dos *hashtags* que vão acompanhando os cartazes que são exibidos agora por ativistas em contexto de recolhimento. Sendo que isto me leva à segunda questão com que estes movimentos se depararam: continuar a estar ativos/as na esfera pública apesar de, na prática, estarem fechados/as em casa.

DPC: Isso faz-me pensar num artigo que dizia “bem, o ativismo climático entrou em quarentena e habituou-se ao digital. Será que isso vai mesmo passar a ser a sua marca?”.¹⁵ À luz do que me estás a dizer, esta pergunta não faz qualquer sentido. Essa presença digital, esse ativismo transposto para o online não só já existia como se reconfigurou com a pandemia...

¹⁵ Ver [mais](#).

CM: Sem dúvida. De repente os movimentos climáticos tiveram de arranjar soluções criativas e inteligentes também para continuarem o seu ativismo durante o recolhimento em casa. E isto é desafiante para este modo de participação e é tanto mais assim se considerarmos que o confinamento foi antecedido pela greve climática global, que estava marcada para dia 13 de março em diferentes cidades do país e noutros países. Os grupos que eu acompanho nesta investigação estavam altamente dedicados, há meses que organizavam esta manifestação de 13 de março, estava muito trabalho envolvido. Numa altura em que o movimento climático, tanto nacional como global, vinha a ganhar uma capacidade de mobilização crescente, acontece a pandemia. Agora, claro que a esfera online tem sido privilegiada e usada de diferentes formas. Por exemplo, como plataforma de reivindicação política e de manutenção da presença do movimento, através das greves digitais, da Greve Climática Estudantil. Todas as sextas-feiras, os/as ativistas nas suas casas tiram fotografias com cartazes, que são depois agrupadas e divulgadas nas redes sociais. Nesta altura de pandemia o *online* também tem sido um veículo para algumas reflexões mais estruturadas. Por exemplo, o site da Greve Climática Estudantil tem agora uma secção que é o “Diário da Pandemia Climática”, em que são publicadas reflexões e opiniões de ativistas, individuais e coletivas. O online também tem sido usado como espaço de diálogo, de discussão e de ligação com outros grupos através de *webinars*, de *podcasts*... Há por exemplo um *podcast* chamado “Vizinho do Lado”, também realizado pela Greve Climática Estudantil, em que se convidam especialistas da área ou ativistas de outros grupos, de movimentos antirracistas,... para refletir sobre questões importantes. Os grupos tentam ainda

manter a presença online do movimento com coisas simples, mas que podem ser educativas, por exemplo, *quizzes* climáticos no *Instagram* em que colocam questões, e as pessoas podem interagir e aprender mais sobre a crise climática. Portanto aqui o que está em causa é usar de modo criativo e inteligente o *online* para chegar a diferentes perfis de pessoas, audiências e também manter o movimento ativo e dinâmico num contexto tão desafiante.

DPC: Qualquer uma destas coisas de que me falaste tem uma transposição para a educação, mas gostava de saber o que é que a investigação que fizeste até ao momento te faz pensar em termos de implicações educativas. Falo de educação e implicações educativas em sentido amplo, no plano de ação pedagógica, das instituições, das políticas de educação, do não formal... O que é que isto te vai despertando a esse nível?

CM: Isto é uma reflexão assim um bocado “solta”, mas uma primeira coisa que eu já dei por mim a pensar tem a ver com o modo como as estruturas formais de educação estão tão pouco recetivas a contextos educativos não formais. Se há coisa que a nossa investigação na FPCEUP tem vindo a mostrar é que contextos de participação não formais são ou podem ser também, dependendo das suas características, contextos educativos e as experiências de participação também podem ser experiências pedagógicas. Mas o que vemos é que há sempre uma certa tendência das escolas e das estruturas de educação formal para a normalização, para lógicas mais normativas do que é a educação. E não estou a dizer que a culpa é das escolas, porque não é de todo.

DPC: Há grande exigência e expectativa sobre as escolas, permanentemente...

CM: Nós sabemos que as escolas “esfalfam-se” todos os dias para cumprir metas, preparar estudantes para exames, fazer milhentas coisas, professores/as de uma só disciplina desdobram-se noutras disciplinas (a professora de História que depois também tem de ser professora de Educação para a Cidadania, e de não-sei-quê) ... Portanto a culpa não é das escolas, é destas diretrizes educativas mais macro. O que nós continuamos a ver, na verdade, são várias contradições na educação. Por um lado, vemos discursos ou políticas precisamente mais macro, que reforçam sempre as mesmas coisas: “é preciso a escola educar estudantes para serem cidadãos/ãs ativos/as”. Esta importância da escola como espaço de educação para a cidadania, para criar cidadãos/ãs globais, está em muitos documentos nacionais, europeus... Mas depois vemos muitas escolas que são altamente resistentes a grupos de ativistas climáticos irem falar sobre a crise climática atual, e que é qualquer coisa que vale a pena ser ouvido. E muitas escolas dizem: “nem pensar um/a estudante faltar a uma aula para ir participar numa manifestação”. Mas depois dizemos que a escola tem de preparar os/as jovens para serem cidadãos/ãs ativos/as... Ora bem, isto é uma contradição pegada. Isto vem reforçar aquilo que outras investigações, inclusivamente nossas, dizem: que é importante perceber bem o que é que está a acontecer e que depois alguma coisa seja feita, que haja alguma consequência, até das nossas investigações... Temos dito isto consecutivamente.

DPC: Sim, um impacto do conhecimento que é produzido...

CM: É importante que haja uma consequência também política disto, porque há aqui resultados que são sistemáticos ao longo do tempo e que mostram estas incoerências. Por outro lado, em

termos de implicações educativas, e fazendo a ligação com o projeto “Educação para o Desenvolvimento no Ensino Superior público em Portugal”, todas estas questões sobre Desenvolvimento e Cidadania Global, há vários aspetos do ativismo climático que me lembram questões que eu também já tinha pensado relativamente à cidadania global. Esta noção, por exemplo, de que a crise climática afeta as pessoas mais vulneráveis, mais pobres, com menos recursos e, portanto, pondo mais a claro as desigualdades entre norte e sul global, e que são mensagens que os/as ativistas tentam passar. A dificuldade sentida pelos/as ativistas em conseguirem mudanças reais e estruturais liga-se também com as complexidades inerentes à própria cidadania global, perceber que a mudança local também pode gerar uma mudança global, que as ações e políticas climáticas aqui têm consequências noutras partes do globo. Os/as ativistas dizem muito: “aquilo que nós no norte global fazemos, está a impactar... os/as refugiados/as climáticos estão a sofrer muito com as ações de países como o nosso”... Portanto é basicamente perceber a inter-relação global e agir em conformidade e de modo cooperativo. E reconhecer que isso envolve, também, relações de privilégio e de poder que precisam ser aclaradas. Mas acho que isto é extremamente difícil de ser incorporado.

DPC: Há grande complexidade em compreender como os desafios globais se ligam e o que têm implicado...

CM: Sim. Se nós virmos a dificuldade que os/as ativistas climáticos têm em fazer passar a mensagem... Aliás, não é só fazer passar a mensagem. É - e isto também tem a ver com outra dimensão do ativismo climático - a enorme frustração pela qual os/as ativistas passam. Estes

anos são considerados a “época de ouro” do ativismo climático, mas o ativismo climático tem sido muito consistente ao longo dos anos e as consequências reais do ativismo são às vezes muito escassas. E são muito escassas porquê? Porque estas relações de que falo, e que têm a ver com a cidadania global, são muitíssimo difíceis de incorporar nas nossas ações, de percebermos o que é isto da cidadania global, da crise climática, de nos conseguirmos mobilizar em torno destas causas. São áreas bastante difíceis de concretizar e que ainda são consideradas muito abstratas. É aqui que eu acho que a escola também pode ser convocada a ter um papel mais importante e incisivo sobre o modo como nos devemos educar e consciencializar enquanto cidadãos/ãs globais, o que vai implicar várias dimensões, como por exemplo, a dimensão climática. Isso levar-me-ia a outra área, que também tem vindo a ser muito explorada pela academia, e que tem que ver com a frustração e o *burnout* ativista, e que é um problema importante no ativismo climático. A crise climática tem sido muito descartada e olhada pela generalidade das pessoas como qualquer coisa de abstrato, distante e, portanto, é muito difícil depois conseguir exigir ações por parte de representantes políticos quando achamos que as coisas estão demasiado distantes. E esta é a grande luta dos/as ativistas climáticos e é, de facto, uma luta extenuante.

DPC: Várias das pessoas que nos leem têm interesse e experiência em tratar o tema das alterações climáticas nos seus contextos. Para quem trabalha na educação, seja nas escolas, no ensino superior, nas associações e ONG, e pretenda perceber melhor o ativismo climático, o que sugeres?

CM: Os próprios grupos ativistas têm muitos recursos interessantes, que usam, por exemplo,

nas suas palestras, quando vão às escolas. Pode ser um bom ponto para perceber melhor o que é o ativismo climático, que causas, objetivos e formas de ação existem.

Índice